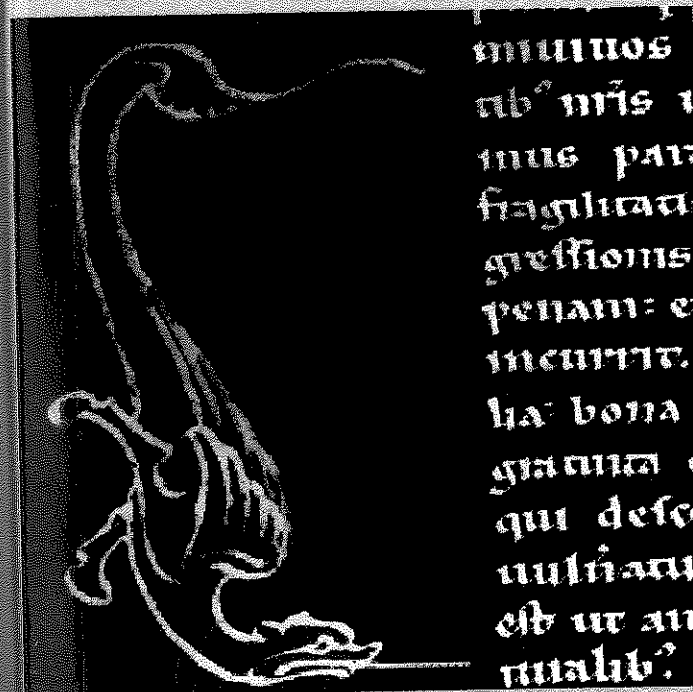


ANTÓNIO BRANCO  
Coordenador

# FIGURA



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

ANTÓNIO BRANCO  
(coordenador)

*FIGURA*  
*Actas do II Colóquio*  
*da*  
*Secção Portuguesa*  
*da*  
*Associação Hispânica de Literatura Medieval*

© 2001: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
da Universidade do Algarve

Título: *Figura. Actas do II Colóquio da Secção Portuguesa*  
*da Associação Hispânica de Literatura Medieval*

Coordenador: António Branco

1.ª edição: Dezembro de 2001

Depósito Legal: 172 545/01

ISBN: 972-95685-2-9

Capa: imagem de João Oliveira

Execução:

Gráfica:  DESIGN, PRODUÇÃO GRÁFICA E IMAGEM, LDA.

Edição: Departamento de Letras Clássicas e Modernas  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade do Algarve  
Campus de Gambelas  
8000-117 FARO

Departamento de Letras Clássicas e Modernas  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais  
Universidade do Algarve  
Faro  
2001

vez, explana<sup>30</sup>. De entre essas ilustrações, será curioso relembrar que uma das mais usadas (e também das mais evidentes) era precisamente o desenho de uma mão que aponta uma frase ou uma ideia que se considerou digna de ser destacada, e que constitui, simultaneamente a base da comparação inicialmente referida.

30. Sobre este assunto, ver Mary Carruthers, *The Book of Memory – a study of memory in medieval culture*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994 (1.ª ed: 1990).

## Uma tradição portuguesa sobre S. Vicente

ISABEL DIAS

(Universidade do Algarve)

Textos diversos, quer em prosa, quer em verso, espalharam pelo mundo cristão a história do mártir de Vicente, diácono de Saragoça, fazendo crescer a sua fama e culto. Deste vasto conjunto fizeram parte poemas e narrativas. A memória de tal “passio” foi também celebrada em martirológios, sacramentários e na liturgia do Ofício e da Missa.

Mas o interesse pela figura do mártir não se esgotou na textologia da sua paixão. Também se formaram tradições escritas em torno do destino dado às suas relíquias, reivindicadas pelos interesses devocionais de vários países. Entre as tradições mais importantes contam-se o relato escrito no século IX pelo monge Aimon, *Translatio in Monasterium Castrense*, acerca da acidentada trasladação do corpo de S. Vicente para Castres, em França, e a narração de finais do século XII da autoria de Mestre Estevão, intitulada *Miracula S. Vincentii*, em cuja parte inicial o chantre da Sé de Lisboa fala do transporte das relíquias do mártir do promontório ocidental do Algarve para Lisboa. Este episódio corresponde, segundo a tradição nacional, à etapa final da história de tais relíquias, provavelmente a mais conhecida, não só porque nela o santo encontra o seu último destino, Lisboa, e a sua derradeira vocação, ser patrono desta cidade, mas também porque nela se recupera uma memória histórica fundamental desta mesma cidade, a da sua reconquista aos mouros, a que o santo também está ligado (“a ele lhe aprofouera ser venerado de

preferência pela gente de Lisboa”; por isso, apenas terá consentido que os seus restos mortais fossem encontrados depois de tomada aquela cidade).

Quanto às duas etapas que precederam esta que acabo de referir, *a trasladação de S. Vicente para Lisboa*, Mestre Estevão deixou uma breve memória. Assim, a propósito da primeira, *o transporte do santo, de Valência, para o extremo ocidental algarvio*, é lembrada a fuga dos cristãos valencianos com o corpo do mártir para escaparem ao domínio dos invasores sarracenos, resumo que tem como fonte provável a *Crónica do Mouro Rasis*. Sobre a segunda, *o culto do santo por cristãos moçárabes no promontório algarvio*, são referidas as circunstâncias em que a veneração, bem como o lugar de sepultura do santo, se tornaram conhecidos dos cristãos portugueses. A fonte desta informação terá sido oral, como se deduz da leitura do texto.

Ora, é justamente o que diz respeito a esta segunda etapa, prolongamento português do testemunho de Rasis, que pretendo aqui analisar no seu formato narrativo, o qual naturalmente se clarifica no confronto com as versões subsequentes da cadeia de retransmissão textual. Na impossibilidade de realizar dentro dos limites deste trabalho o cotejo de todos esses testemunhos, limitar-me-ei à comparação de alguns parágrafos do texto introdutório dos *Miracula S. Vincentii* com os trechos que lhe correspondem nos capítulos 14, 16 e 36 do “Reinado de D. Afonso Henriques” da *Crónica de Portugal de 1419*, obra que não tendo sido a primeira a reescrever tais parágrafos<sup>1</sup>, foi no entanto,

1. André de Resende, na *Carta a Bartolomeu de Quevedo* (introdução, texto latino, versão e notas de Virgínia Soares Pereira, INIC, Coimbra, 1998) fala de uma memória “antiga, da época do referido rei [Afonso Henriques] e escrita em latim (como era próprio dos tempos de então), e preciosamente guardada pelos cónegos de Santa Cruz de Coimbra” (p. 75). Esta memória-crónica está hoje perdida, mas é de supor que nela figurassem referências

por vicissitudes históricas, a primeira a fazê-los chegar até nós<sup>2</sup>. Sigamos, pois, os primeiros passos da tradicionalização escrita de um episódio muito curto da longa história do mártir Vicente.

Partindo da fonte antiga do séc. XII, começo por enumerar e comentar a sequência de acontecimentos respeitantes à maneira como os portugueses, e nomeadamente o seu rei Afonso Henriques, acabaram por encontrar o corpo do referido mártir no Algarve. Destaco quatro momentos nessa sequência:

### 1. Primeira tentativa de o rei português resgatar o corpo do mártir das mãos dos mouros:

“Porém, logo que o rei Afonso, que já de tenra idade se impusera pelas suas qualidades e na juventude firmara o seu prestígio por repetidas vitórias sobre os inimigos, desbaratando reis, levando cidades de vencida e subjugando-as, passou a ser o terror dos mouros, acabou por chegar ao citado lugar para daí trazer consigo o corpo daquele grande santo, armado tanto de fé como de homens”.<sup>3</sup>

Mestre Estevão não situa cronologicamente esta investida em terra de mouros, apenas a faz consequência da bravura guer-

importantes acerca do papel desempenhado pelo primeiro rei português e pelos moçárabes algarvios na trasladação do corpo de S. Vicente para Lisboa. Nessa medida, é provável que tenha servido de fonte ao texto correspondente da *Crónica de 1419*.

2. E depois dela há a assinalar: a *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, a *Carta a Bartolomeu de Quevedo* de André de Resende, a *Corografia do Algarve* de Frei João de S. José e a *Monarquia Lusitana* (Parte III) de Frei António Brandão.

3. Tradução publicada em Aires Augusto Nascimento e Saul António Gomes, “S. Vicente de Lisboa e seus Milagres Medievais”, *Didaskalia*, vol. XV, fasc. 1, Lisboa, 1985, pp. 73-159 (p. 99).

reira que ao longo do tempo foi transformando o líder dos portugueses no “terror dos mouros”<sup>4</sup>. Podemos, contudo, pensar que se terá realizado antes de 1139, por esta ser a data presumível do recontro com mouros a seguir referido, que o texto correspondente da *Crónica de 1419* identifica como sendo a batalha de Ourique. Esta breve nota acerca da acção militar de Afonso Henriques no sul muçulmano parece reflectir a circunstância histórica de uma reorientação da guerra por ele movida para sul, em resultado do aproveitamento da paragem das hostilidades com Afonso VII, rei de Leão e de Castela, e do crescendo das dissensões internas nas cidades almorávidas do sul, cada vez mais vulneráveis aos ataques exteriores.

Ignoradas estas razões políticas, o autor dos *Miracula*, de acordo com os seus objectivos, afirma que Afonso Henriques entrou em terras do Algarve com o propósito de resgatar o corpo de S. Vicente. Porém, nesta fase, ainda não dispunha dos dados precisos sobre a localização da sepultura, que só lhe viriam a ser fornecidos mais tarde, depois de ouvidos os homens que a tinham venerado durante muito tempo. À falta de verosimillhança factual e de precisão histórica do discurso, contrapõe-se a clareza da sua intenção, bem expressa desde o início da introdução dos *Miracula*: a construção de um panegírico guerreiro e moral do rei que serviu de instrumento à vontade do santo ao “erguer a cidade de Lisboa acima do que seria previsível”. Faz assim sentido que o autor relembre o tempo em que Afonso Henriques começou a afirmar a sua vocação militar e a confirmá-la na acção. Desse tempo passado, abrangendo a infância e a adolescência, e que uma sucessão de actos de crescente importância caracteriza

4. Encontram-se ecos desta fama por exemplo em Rodrigo de Toledo e em Ibn Sahibi s-Salat, citado por Al-Makkari, como exemplifica Alexandre Herculano na nota 89 do Livro II da *História de Portugal*, Tomo I, Livraria Bertrand, 1980, p. 471.

(“repetidas vitórias sobre os inimigos, desbaratando reis, levando cidades de vencida e subjugando-as”) emerge em primeiro lugar o perfil do chefe guerreiro. E é justamente quando se encontra no auge das suas capacidades guerreiras que Afonso Henriques chega ao “Cabo de S. Vicente do Corvo”, como lhe chama o autor dos *Miracula*, “para daí trazer consigo o corpo daquele grande santo”. Ou seja, o homem de armas é também um homem de fé, que como tal aparece caracterizado logo de seguida, através da dupla substantivação a ele referida (“a piedade e a devoção do rei”). Quanto às razões do interesse do monarca português pelo santo e seu culto, o autor nada nos diz que ultrapasse esta opaca expressão de religiosidade, que ele, como outros clérigos, lhe associaram.

Ainda acerca desta primeira tentativa de resgate do corpo de S. Vicente, poderíamos dizer que se saldou num fracasso, não fosse a leitura providencial que se propõe do facto, transformando-o no resultado da vontade do santo. Na realidade, esta justificação terá sido dada pelo próprio Afonso Henriques a Mestre Estevão:

“Importa atender às considerações do próprio rei sobre este facto. Diz ele a esse respeito que o santo mártir não quis que fosse o rei a descobri-lo porque a ele lhe aprouvera ser venerado de preferência pela gente de Lisboa e a intenção do rei era, pelo contrário, depositá-lo em Braga ou em Coimbra, já que a misericórdia divina ainda lhe não entregara Lisboa” (p. 101).

Poderíamos acrescentar que tal explicação projecta no passado uma antecipação da nova realidade do patrocínio religioso de Lisboa, e também da nova condição política e social desta cidade, de que o chefe português, instrumento da vontade do santo e de Deus, foi o principal responsável.

2. Resgate de alguns cristãos moçárabes (entre os quais dois irmãos religiosos que haviam estado ao serviço do mártir) em consequência de uma batalha com mouros:

“e é de crer que foi por acção dele [do santo] e por sua intercessão que nessa ocasião tal rei resgatou da servidão dos infieis para terra cristã grande número de cristãos a quem se dá o nome de moçárabes, ou seja, misturados com árabes. Entre eles, vieram dois irmãos, homens de religião, de idade proecta e hábito monástico, os quais haviam passado em comum os anos da sua vida ao serviço do mártir santíssimo” (*idem*).

Uma vez mais as especificações cronológicas não são consideradas um dado importante; e na realidade há que lembrar que Mestre Estevão não é um historiógrafo, mas um redactor de *miracula*. Sabemos, porém, que o acontecimento de que fala agora, um resgate de cristãos em terra de mouros, ocorreu num tempo próximo daquele em que Afonso Henriques procurou pela primeira vez encontrar o corpo do mártir Vicente. É o que podemos deduzir do emprego da expressão temporal “nessa ocasião”. O que também podemos presumir é que essa batalha em que aquele chefe militar conseguiu aprisionar tão “grande número de cristãos” tenha sido relativamente importante. Segundo a *Crónica de 1419* tratou-se da batalha de Ourique, como já referi anteriormente a propósito da datação do acontecimento mencionado em 1.

Particularidade do discurso do autor é a atribuição do saldo positivo daquele recontro (no que diz respeito a prisioneiros) à “acção” e “intercessão” de S. Vicente. Não surpreenderá de resto que assim aconteça, porque se trata afinal de aproveitar uma oportunidade referencialmente importante para fazer a homenagem do santo. Este, ao intervir na História, em favor dos cris-

tãos vencedores e também dos resgatados, realizou provavelmente um dos seus milagres mais importantes: o de desencadear o processo da sua transladação para Lisboa. Na verdade, foi graças ao que os moçárabes resgatados por D. Afonso Henriques revelaram sobre o culto e sepultura do mártir que foi possível encontrar e trasladar o respectivo corpo. Os autores desta revelação foram, segundo Mestre Estevão, “dois irmãos”, cuja caracterização, a apontar repetidamente para a qualidade de “homens de religião”, vai ao encontro da informação dada em séculos anteriores pelos autores hispano-árabes Rasis<sup>5</sup> e Idrisi<sup>6</sup>, segundo a qual existiu um santuário cristão no promontório de Sagres, dedicado ao mártir de Valência.

3. Divulgação do “lugar preciso” em que se encontrava sepultado S. Vicente:

“Viviam eles [os dois irmãos] em Lisboa, de forma simples e piedosa. A muitos que ansiosamente procuravam notícias deram eles conhecimento do lugar preciso onde, segundo lhes haviam dito os seus antecessores, fora depositado o bem-aventurado Vicente” (*idem*).

Há seguramente um grande hiato temporal entre o acontecimento antes referido, o resgate de cristãos moçárabes, em Ourique, e esta breve informação acerca do destino dos dois irmãos, a qual é constituída apenas por dois apontamentos: o primeiro situa as referidas personagens num lugar (Lisboa); o segundo, na acção (elas são responsáveis pela revelação do “lugar

5. Cf. *Crónica Geral de Espanha de 1344*, edição crítica de Luís F. L. Cintra, vol. II, IN-CM, Lisboa, 1954, cap. ccxxx, p. 368.

6. Cf. *Description de l'Afrique et de l'Espagne*, tradução, notas e glossário de R. Dozy e M. J. Goeje, E. J. Brill, Leiden, reimpressão de 1968, pp. 218-219.

preciso” em que se encontrava sepultado o mártir). Da ligação de ambos, deduzimos um tempo: o da Lisboa pós-1147. Só numa cidade já cristã faria sentido encontrar dois moçárabes cristãos, antes libertados do domínio mouro, a exercerem a sua fé (“Viviam [...] de forma simples e piedosa”) e a divulgarem aos que os procuravam o que estes desejavam saber. O acto consequente a que esta divulgação deu origem (“encontraram o corpo tão procurado”) confirma aliás tal dedução. Recorde-se que o santo, em circunstância referida anteriormente, dera a entender a Afonso Henriques que apenas se deixaria encontrar quando pudesse ser venerado pela “gente de Lisboa”, ou seja, depois de esta cidade ter sido conquistada aos mouros.

Este pequeno excerto reforça ainda a ideia da existência de um culto localmente enraizado, mantido ao longo de gerações por cristãos moçárabes. A referência aos “antecessores” como transmissores de um saber preciso acerca do lugar de sepultura de S. Vicente aponta claramente para isso.

#### 4. Segunda tentativa, bem sucedida, de resgate do corpo de S. Vicente:

“Daí que, algum tempo depois, havendo já certeza exacta quanto ao local e havendo finalmente, por vontade de Deus, um tratado de paz entre o rei referido e os mouros, tornava-se mais seguro o caminho para esse local.

Alguns homens corajosos inspirados por Deus preparam uns navios e, levando consigo o necessário, aventuram-se ao mar, arrostam com os perigos e chegam ao lugar desejado sem contratemplos. Entregaram-se a vigílias de oração, desbravam a terra em torno dos locais previamente assinalados e, depois de muito trabalho, por revelação divina, encontram o corpo tão procurado” (*idem*).

Deduzimos das palavras do autor que a segunda viagem ao promontório algarvio, realizada com o mesmo objectivo da primeira, ou seja, recuperar o corpo do mártir, foi programada em função de um destino exacto (“havendo já certeza quanto ao local”) e do tempo mais conveniente para o alcançar (“havendo finalmente, por vontade de Deus, um tratado de paz...”). De facto, a História deixou notícia de umas tréguas feitas entre o rei português e os sarracenos por altura de 1172, acontecimento que não podemos deixar de relacionar com o referido “tratado de paz”. Dentro do âmbito da cronologia dos acontecimentos, podemos também imaginar que a chegada dos “dois irmãos” a Lisboa tenha acontecido num tempo mais próximo da trasladação de S. Vicente para esta cidade do que da reconquista da mesma aos mouros. Bastaria para tal fazer fé na expressão “algum tempo depois”, que remete para um curto intervalo de tempo a medear entre a revelação do lugar preciso da sepultura das relíquias e a segunda viagem que levou até elas.

Esta viagem que “alguns homens corajosos” empreenderam por mar é posta sob o signo da vontade divina, como também o é o achamento do corpo “tão procurado”. Se por um lado a ajuda extraordinária de Deus, estimulada por “vigílias de oração”, se apresenta como facilitadora da acção dos homens (“chégam ao lugar desejado sem contratemplos”, “encontram o corpo tão procurado”), por outro o autor não deixa de frisar a grandeza do esforço humano que eficazmente se combinou com as intenções de Deus (“homens corajosos”, “aventuram-se ao mar”, “arrostam com perigos”, “desbravam a terra”, “depois de muito trabalho [...] encontram o corpo”). O discurso do autor torna-se neste ponto mais descritivo e visualista, e por isso mais expressivamente comemorativo. No fundo, recordar cada passo dado pelos homens significa honrar de forma multiplicada a vontade que tornou possíveis tais passos.

Esta memória do encontro dos portugueses com o culto e a sepultura do mártir Vicente, registada por Mestre Estevão, foi recuperada pela *Crónica de 1419*, como disse anteriormente, mas com diferenças certamente atribuíveis à ou às fontes intermédias utilizadas pelo seu autor. A mais importante dessas diferenças, e única que por agora comentarei, relaciona-se com a narração da primeira tentativa de resgate do corpo do santo e decorre da criação, no texto quatrocentista, de novas relações de causalidade entre os factos e também de uma nova interpretação dos mesmos, resultante do género e da intenção do discurso.

Assim, lendo os trechos da referida *Crónica* que correspondem aos do relato antigo anteriormente analisados, verificamos que neles se recupera a informação sobre as duas viagens ao Cabo de S. Vicente, mas se alteram os dados respeitantes à primeira, como mostram os excertos seguintes:

“Depois dos tres dias pasados que ele [Afonso Henriques] esteve no campo [de Ourique] com grande honra e com grandes gamças d. ouro e de prata e gados e preso-neyros, tornou. se pera Coinbra. E, antre os prisoneyros que ele trazia, vinhom hũa companha de gentes que chamavom moçaraves;<sup>7</sup>

“E amtre estes moçaraves vinhom dous que erom homens de grande idade e d. estremada vida, os quaes comtarom a el. rey como estiverom no cabo da terra [...] e que naquele lugar jazia o corpo do marter Sam Viçente, ao qual eles virom fazer muytos milagres. E, quando el. rey dom Afonso esto ouvyo, foy movido com bõ desejo d. aver aquele corpo santo em sua terra” (cap. 14, p. 25);

7. *Crónica de Portugal de 1419*, edição crítica de Adelino de Almeida Calado, Universidade de Aveiro, 1998, cap. 14, p. 24.

“Camdo el. rey ouvira falar daqueles homens e como deziã que estiverom aly com ho corpo do martir Sam Viçente, teve conselho com os seus em que guysa o poderião aver e ouverom seu acordo que fizessem tregua com hos mouros” (cap. 16, p. 27).

Vemos que a primeira viagem ao referido Cabo acontece agora numa data um pouco posterior a Ourique, como consequência das informações fornecidas pelos moçárabes ali aprisionados, e é enquadrada por circunstâncias políticas específicas, como a realização prévia de tréguas com os mouros. Recordo que na fonte antiga aquela viagem é anterior ao confronto militar de 1139 e resulta apenas de uma inexplicada iniciativa guerreira e espiritual do chefe português. Só a segunda viagem é que contará com as úteis informações dos moçárabes. Ou seja, alterando a cronologia dos acontecimentos, e introduzindo aspectos novos, como a realização de tréguas, a *Crónica de 1419* constrói o quadro das motivações (testemunhos dos moçárabes) e das condições históricas (paz entre cristãos e mouros) da primeira viagem realizada por Afonso Henriques ao promontório algarvio, garantindo-lhe desta forma a verosimilhança factual que o autor do séc. XII substituiu por outros critérios. A criação de nexos historicamente lógicos é na realidade uma exigência do discurso da historiografia, mas não do da hagiografia.

À parte as diferenças apontadas, tanto no texto antigo, como no mais recente, verifica-se que o saldo da expedição é negativo (o corpo do mártir não foi encontrado) por uma mesma razão: Lisboa, para onde tais relíquias haveriam de ser trasladadas, ainda não tinha sido conquistada. Quer isto dizer que na *Crónica de 1419* a revelação feita pelos moçárabes apenas tem a virtude de enraizar historicamente os factos, não se substituindo contudo à sua determinação última que continua a ser de natureza transcendente: “Deos tinha ordenado que o jaziguo do martir Sam

Vicente fose em Lixboa ali onde oje jaz. E ela entom era de mouros e por aquilo prougue a Deos e ao marter de nõ ser achado por el. rey" (*idem*). Desvinculado da intenção comemorativa do santo, o discurso da crónica régia atribui aqui à vontade de Deus o mesmo resultado que o texto hagiográfico atribuiria à do santo.

Por outro lado, no texto de quatrocentos, chama particularmente a atenção aquilo que se diz acerca dos moçárabes aprisionados pelo rei português. Para além de serem retomados todos os aspectos referentes à sua identidade, ainda que sob um formato discursivo diferente, introduzem-se especificações sobre as circunstâncias da sua chegada ao território cristão, que constituem matéria narrativa nova. Conta o autor o seguinte:

"E, antre os prisyoneyros que ele trazia, vinhom hũa companhia de gentes que chamavom moçaraves, os quaes erom christãos e os tinhom os mouros em aquela terra por cativos. E, quando chegou a Coinbra, ho prior de Santa Cruz sayo a receber el. rey e entom lhe dise: "Ó senhor rey e vós outros, barões nobres, que sois ffilhos da santa Igreja, por que trazês vossos irmãos asy presos e cativos, asy como se fosem infieis, os quaes vós devies aguardar asy caridosamente como vós mesmos? [...]" E el. rey dom Afonso Amriquez [...] foy movido à razom que lh. o prior dezia e mandou. os soltar" (cap. 14, pp. 24-25).

Ressalta, em primeiro lugar, o facto de se falar aqui de moçárabes prisioneiros (parte de um despojo que inclui "grandes gamças d. ouro e de prata e gados", cap. 14, p. 24) e não de resgatados ("da servidão dos infieis") como lemos no texto dos *Miracula*, o que à partida desloca o campo de acção do rei de um plano com conotações religiosas, em que aquele age pela fé, para o plano da temporalidade militar. Na verdade, o cronista, empenhado em valorizar os feitos régios e não em celebrar a

vontade e a grandeza de S. Vicente, mostra a acção militar do rei português como um facto histórico que viria a ter como consequência a descoberta das relíquias do santo e não como um desígnio orientado para essa descoberta. Os moçárabes aprisionados, ao contarem a Afonso Henriques o que se passava no promontório do Algarve, tornam-se os únicos responsáveis pela decisão que leva o rei a empreender a busca do corpo do mártir: "E, quando el-rey dom Afonso esto ouvvyo, foy movido com bõo desejo d. aver aquele corpo santo em sua terra" (cap. 14, p. 25).

É de notar, em segundo lugar, a introdução de uma nova personagem, o prior de Santa Cruz de Coimbra, em torno da qual se desenvolve um pequeno episódio. Não podemos deixar de reparar que este é bastante semelhante a um outro que se encontra na crónica biográfica do prior, datada do séc. XII. Também aqui vemos esta personagem exortar Afonso Henriques e os seus "barões" a que reconheçam a condição cristã de um grande número de prisioneiros trazidos de terras andaluzas e nessa medida lhes dêem a liberdade. É assim muito provável que o trecho análogo da crónica quatrocentista seja uma revisitação desta outra memória textual mais antiga. Valerá a pena transcrever da *Vida de S. Teotónio* as palavras que ilustram esta situação:

"Quando Afonso, nobre infante de Portugal, conduziu o exército para as partes mais remotas da Hispânia, adjacentes à grande cidade chamada Sevilha e saqueou quase toda a província dos Sarracenos, os guerreiros dele fizeram igualmente cativos, no meio daquela infinita presa, certa raça de cristãos, a que o vulgo costuma chamar moçárabes [...] e [...] submeteram-nos à escravidão. Assim que isto ouviu, o varão cheio de Deus condoeu-se profundamente, e ele, que nunca saía do claustro, nem sequer até à porta exterior do Mosteiro, ardendo em zelo de fé, saiu ao encontro do rei e de todo o exército e disse: 'Ó rei e barões

todos, que sois filhos da Santa Madre Igreja, porque submeiteis irmãos vossos à condição de escravos e escravas? Pecais nisto contra o Senhor vosso Deus! [...]».<sup>8</sup>

Recorrendo à figura de D. Teotónio, símbolo de autoridade religiosa, o autor da *Crónica de 1419* garante a credibilidade das personagens identificadas pelo prior de Santa Cruz de Coimbra (os moçárabes) e conseqüentemente a credibilidade dos actos por elas desencadeados e que o rei não questiona. O cronista dá assim peso histórico a elementos que poderiam suscitar alguma desconfiança. Aproveita também a personagem do prior para aprofundar a caracterização moral de Afonso Henriques, fazendo com que de conquistador de terras e homens este passe a diligente interlocutor daqueles que o farão chegar ao Cabo de S. Vicente (cap. 16).

Em resumo, verifica-se que a narração desta primeira tentativa de resgate do corpo do santo é aquela em que a tradição escrita mais profundamente interveio até ao princípio do séc. xv, o que não se passou com o relato da segunda e frutífera tentativa. Tais alterações reflectem acima de tudo uma mudança de paradigma, de perspectiva e de intenção do discurso. Assim, se na fonte antiga o paradigma era o hagiográfico e a perspectiva a clerical, no testemunho quatrocentista, o paradigma é o historiográfico e a perspectiva é laica, decorrendo portanto daqui que a intenção deixa de ser a de glorificar um santo ao serviço do qual age um rei para passar a ser a de perpetuar a memória dos feitos de um rei que age dentro do quadro providencial, e de acordo com os valores histórico-temporais que representa. Por este motivo, como vimos, o autor da *Crónica de 1419* procurou ligar os acontecimentos por eles factualmente verosímeis, dando-lhes assim uma feição que diríamos mais histórica.

8. *Vida de S. Teotónio*, tradução, prefácio e notas de Maria Helena da Rocha Pereira, Edição da Igreja de Santa Cruz, Coimbra, 1987, p. 28.

## «desordenada afeição e bem quererça» Sobre a intriga amorosa em Fernão Lopes

ISABEL SABIDO FERREIRA  
(Universidade do Algarve)

Vou-m'eu, fremeosa, pera'l rei  
por vos, u for' penad'irei  
d'amor, d'amor, d'amor, d'amor  
por vos, senhor, d'amor, d'amor.

Vou-m'eu a la corte morar:  
Por vos u for'ei a penar  
d'amor, d'amor, d'amor, d'amor  
por vos, senhor, d'amor, d'amor.

E se non vos vir' que farei?  
Cuidand'en vos, morrer-vos-ei  
d'amor, d'amor, d'amor, d'amor  
por vos, senhor, d'amor, d'amor.

Pedranne Solaz, CA, 284.

### À Margarida

Nem todas as intrigas sentimentais relatadas nas crónicas de Fernão Lopes adquiriram o mesmo grau de celebridade. De facto, algumas destas histórias, por serem vividas por personagens secundárias, são susceptíveis de ser menos conhecidas. Refiro-me aos amores de Afonso Henriques (irmão do Conde D. Pedro de Trâstámara) por Beatriz de Castro<sup>1</sup>, aos desamores do par formado

1. *Crónica de D. João I*, Primeira Parte, capts. 79, 166.